

**A DINÂMICA DA PECUÁRIA BOVINA NO BRASIL ENTRE  
OS ANOS DE 2010 A 2022.**

THARCIS RIBEIRO DE OLIVEIRA<sup>1</sup>

ra119416@uem.br

**Desenvolvimento Econômico, Agronegócio e Economia Regional.**

**RESUMO**

O Brasil atualmente é o segundo maior produtor de carne bovina do mundo, segundo a FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). No período de 2010 a 2022, a pecuária bovina brasileira passou por importantes mudanças, em especial o aumento das preocupações de aspectos ambientais gerados pela atividade deste setor. Além dos desafios ambientais, os sanitários ressurtiram, elevando a complexidade e dificuldades do setor perante o mercado global. Existem indícios que o cenário econômico interno favoreceu a elevação de sua proporção exportada. Além disto, as mudanças no dinamismo do setor causaram elevação da produtividade média por animal, tendo seu peso-carcaça sendo elevado constantemente durante o período analisado. As questões sociais e culturais também permeiam o setor em questão, dentre eles a redução da quantidade consumida de carne bovina por habitante tem sido reflexo destas questões.

**Palavras-chave:** Pecuária. Rebanho. Bovinos. Produtividade. Exportações.

**Classificação JEL:** Q17, C5.

**Projeto institucional vinculado:** Boletim de Conjuntura Econômica da Universidade Estadual de Maringá.

---

<sup>1</sup> Graduando do 4º ano de Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá – UEM.

## **1 A PERFORMANCE DA PECUÁRIA BOVINA BRASILEIRA**

Nesta seção será analisado a performance da pecuária bovina brasileira entre os anos de 2010 a 2022, englobando aspectos internos, como o nível de abate e também aspectos relacionados as exportações.

### **1.1 ABATES DE BOVINOS NO BRASIL**

A quantidade de bovinos abatidos por ano no Brasil atingiu valores expressivos no ano de 2013 (Tabela 1.1), maior valor da série histórica do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Observa-se que entre o período de 2010 até 2022, não ocorreu elevação expressiva na quantidade de cabeças bovinas abatidas no Brasil, fato este que pode ser explicado pela elevação constante no período do peso-carcaça dos animais.

Tabela 1.1 – Quantidade de cabeças bovinas abatidas entre 2010 a 2022, Brasil.

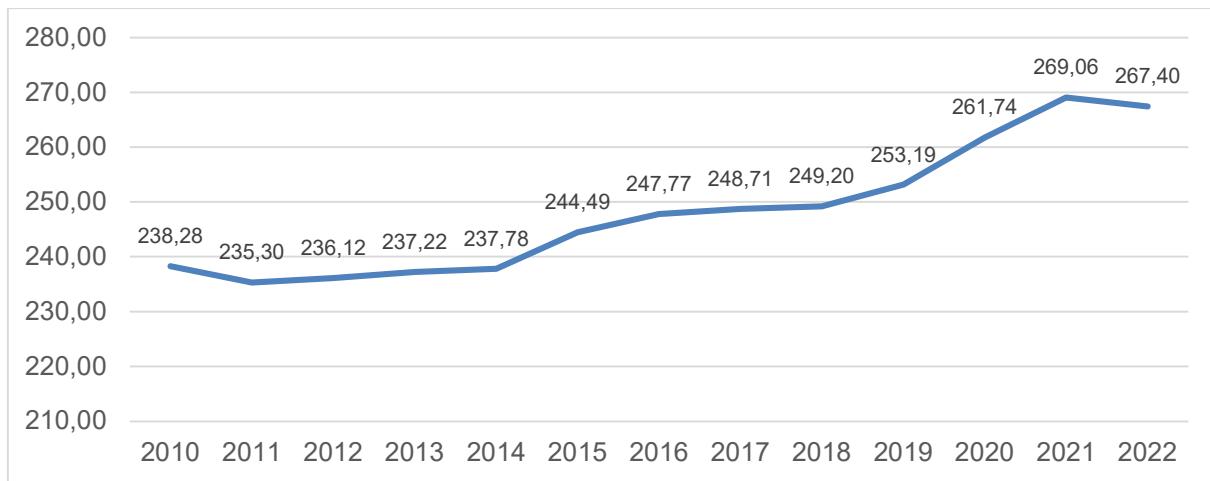
<b>ANO</b>	<b>QUANTIDADE DE CABEÇAS ABATIDAS</b>
2010	29.278.095
2011	28.823.944
2012	31.118.740
2013	34.412.070
2014	33.907.718
2015	30.651.802
2016	29.702.048
2017	30.866.663
2018	32.042.688
2019	32.445.850
2020	29.887.036
2021	27.704.853
2022	29.947.584

Fonte: IBGE (2023), Pesquisa trimestral do abate de animais, série histórica.

### **1.2 PESO-CARCAÇA E PRODUTIVIDADE**

Conforme visto anteriormente, não ocorreu elevação expressiva na quantidade de bovinos abatidas, mas o aumento no peso-carcaça dos animais é um dos fatores que explica o fenômeno de sua dinâmica. O peso-carcaça, isto é, a quantidade em quilogramas do animal que efetivamente é destinada ao consumo, mostrou forte elevação entre 2010 a 2022, (Gráfico 2.1) partindo de 238,28kg/animal para 267,40kg/animal, nos anos de 2010 e 2022, respectivamente.

Gráfico 2.1 – Evolução do peso-carcaça das cabeças bovinas, entre 2010 a 2022, Brasil.



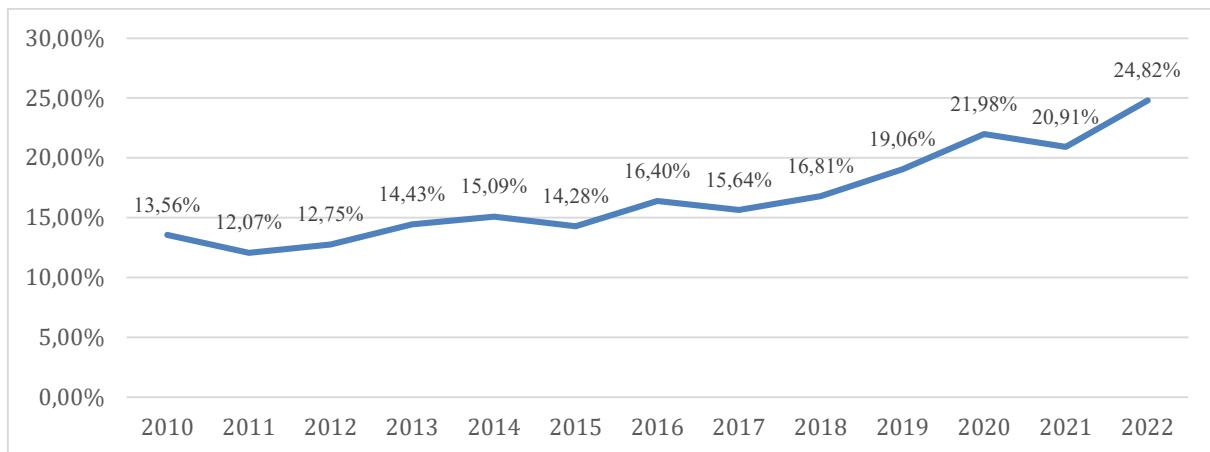
Fonte: IBGE (2023), Pesquisa trimestral do abate de animais, série histórica.

O aumento de 12,22% no peso-carcaça é reflexo da adoção de tecnologias no setor de biotecnologia, em especial no que tange a de melhorias genéticas das espécies bovinas que são criadas no país.

### 1.3 PROPORÇÃO DA PRODUÇÃO TOTAL PARA EXPORTAÇÕES

Durante a última década, em especial, a desvalorização cambial do real perante ao dólar impactou fortemente a economia do Brasil. De acordo com embasamentos teóricos, a desvalorização da moeda local garante maior competitividade para as exportações deste país, sendo que durante o período de 2010 até 2022 ocorreu uma elevação da proporção de sua produção total que foram destinadas as exportações, (Gráfico 2.2). O câmbio pode estar relacionado a elevação significativa que ocorreu no período, porém, outros fatores podem também estarem representados, entre eles, o aumento da demanda externa pelo produto nacional especialmente na China, que elevou sua comercialização com o Brasil de forma significativa para fazer frente a sua demanda interna elevada.

**Gráfico 2.2 – proporção da quantidade total de carne bovina produzida destinada as exportações, entre 2010 a 2022, Brasil.**



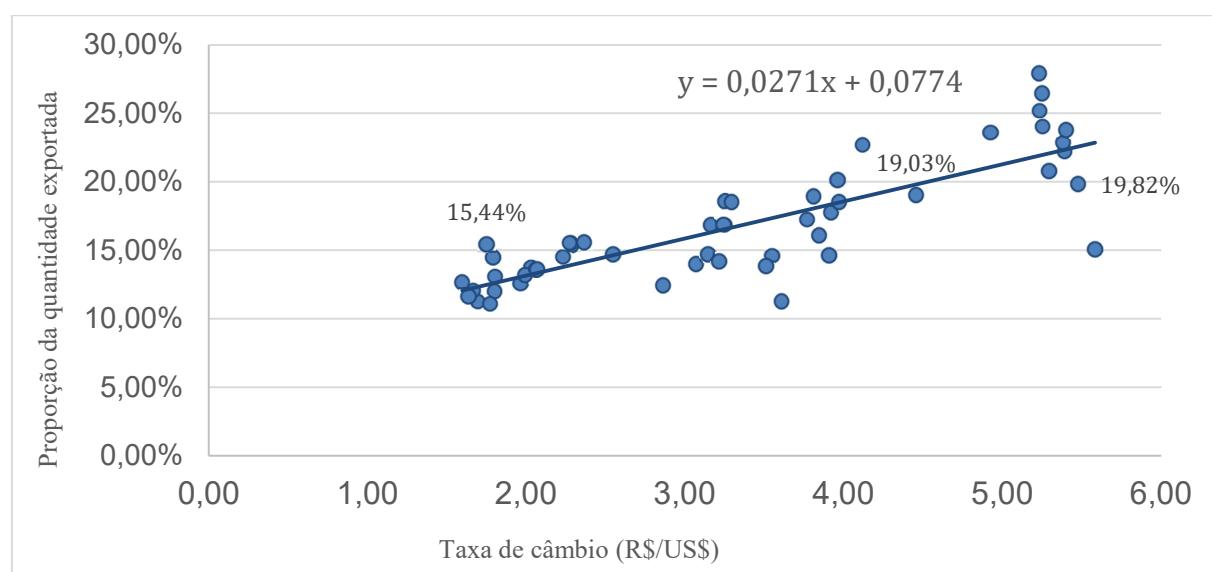
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Pesquisa trimestral do abate de animais (2023). ComexStat, Exportações e Importações Gerais (2023).

Para evidenciar este fenômeno, foi realizado o cruzamento de dados obtidos das exportações de carne bovina do Brasil para outros países, e também de dados do IBGE onde constam a quantidade total<sup>2</sup> de carne bovina produzida no país.

#### 1.4 – RELAÇÃO ENTRE CÂMBIO E QUANTIDADE PROPORCIONAL DA PRODUÇÃO QUE É EXPORTADA

A desvalorização cambial do real perante ao dólar pode ter influência do aumento da proporção de carne bovina exportada. Para verificar essa situação, foi realizando uma regressão linear  $y = \alpha + \beta x$ , a equação é a seguinte:  $y = 0,0271x + 0,0774$ , utilizados um conjunto de cinquenta e três observações, onde x é o câmbio médio no trimestre e y a proporção de carne bovina exportada.

**Gráfico 2.3 – Dispersão da relação entre taxa nominal do câmbio real/dólar e proporção da quantidade total de carne bovina produzida destinada as exportações.**



Fonte: Elaboração própria. (2023).

<sup>2</sup> Produção de carne bovina em estabelecimentos informais não são agregados ao conjunto total da produção interna do país para a finalidade do cálculo das proporções, visto a impossibilidade da mensuração de tais dados.

Foi observado uma relação positiva entre a desvalorização cambial e o aumento das exportações, de acordo com a teoria.

## 2 CONCLUSÃO

A pecuária brasileira tem demonstrado solidez durante o período analisado, fatores como os investimentos realizados no setor para elevar a produtividade de espécies bovinas a partir de melhorias genéticas contribuem para tal. A elevada expansão da proporção de quantidade produzida internamente que é destinada à exportação é algo a se observar atentamente, visto que esse movimento causa impactos diretos nos preços internos do produto. Outros assuntos não abordados diretamente, como por exemplo a relação de emissão de gás carbônico vinculada a produção de carne bovina são de extrema importância a abordagem em trabalhos futuros, soma-se a este tema as mudanças nas preferências dos consumidores, que estão cada vez mais optantes por produtos de origem não animal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- IBGE. **Pesquisa Trimestral do Abate de Animais: Principais Resultados**, Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9203-pesquisas-trimestrais-do-abate-de-anima.html?=&t=destaques>> Acesso em: ago. 2023.
- COMEXSTAT. **Exportação e Importação Geral**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acesso em: ago. 2023.
- CNA. **Biotecnologia contribui para o avanço da produção agropecuária**. Disponível em: <<https://www.cnabrasil.org.br/noticias/biotecnologia-contribui-para-o-avan%C3%A7o-da-produ%C3%A7%C3%A3o-agropecu%C3%A1ria>>. Acesso em: ago. 2023.
- EMBRAPA; MALAFAIA, Guilherme. BISCOLA, Paulo. DIAS, Fernando. **A produtividade do rebanho bovino brasileiro em carcaças aumentou 80% em 20 anos**, Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/1355108/51748908/Boletim+CiCarne+008.pdf/24cd5724-0ab7-3760-0f27-3120a54ec622>>. Acesso em: ago. 2023.
- IPEADATA. **Taxa de câmbio nominal**. Disponível em: <<http://ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38389>>. Acesso em: ago. 2023.
- SVB. **Nova pesquisa Ipec 2021 revela: brasileiros reduzem, por vontade própria, consumo de carne e impactam estabelecimentos**. Disponível em: <<https://svb.org.br/2649-nova-pesquisa-ipec-2021-revela/>>. Acesso em: ago. 2023.

## **HOLDING, PLANEJAMENTO E SUCESSÃO NA ÁREA RURAL: UM ESTUDO DE CASO PARA CAMBUQUIRA-MG**

**Marco Antonio Cecoti dos Santos<sup>1</sup>, Paulo Guilherme Alarcon Fernandes<sup>2</sup>, Larissa Paula Stachio<sup>3</sup>**

**Área 2: Desenvolvimento Econômico, Agronegócio e Economia Regional**

### **RESUMO**

O objetivo do trabalho foi analisar a utilização de *holdings* rurais, empresas que auxiliam a execução das atividades das famílias no campo, assim como o planejamento e sucessão. A região da cidade de Cambuquira-MG foi escolhida para ser a sede da pesquisa, pois trata-se de uma região onde pequenos, médio e grandes produtores que laboram a fruta do café, cultivada e destinada para a produção interna e externa. Embora este modelo de empresa apresente relevância nos processos, ainda há pouco conhecimento sobre seus benefícios. Foi elaborado e aplicado um questionário destinado aos cultivadores. Concluiu-se que os produtores rurais da região não conhecem ou exibem pouco conhecimento sobre o funcionamento das *holdings*. Para levar as informações deste modelo às famílias atuantes no campo, recomenda-se a promoção de palestras de orientação e pesquisas sobre o assunto.

**Palavras-chave:** holding; Minas Gerais; sucessão rural; café; Cambuquira.

### **ABSTRACT**

The objective of this study was to analyze the use of rural holdings, companies that assist in the execution of the activities of families in the field, as well as planning and succession. The region of the city of Cambuquira-MG was chosen to be the headquarters of the research, because it is a region where small, medium and large producers who work the coffee fruit, cultivated and destined for internal and external production. Although this business model presents relevance in the processes, there is still little knowledge about its benefits. A questionnaire was developed and applied to the cultivators. It was concluded that the rural producers of the region do not know or exhibit little knowledge about the operation of the holdings. To bring the information of this model to the families working in the field, it is recommended to promote orientation lectures and research on the subject.

**Key-words:** holding company; Minas Gerais; rural succession; coffee; Cambuquira.

**Classificação JEL:** K19, Q10.

<sup>1</sup> Especialista em Direito Penal (FMU-SP), especialista em Direito Processual Penal (FMU-SP), Especialista em Gestão de pessoas e Empreendedorismo (PUC-SP). E-mail: cecoti@icloud.com

<sup>2</sup> Doutorando em Teoria Econômica do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas – (PCE/UEM) da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: pauloguilhermealarc@gmail.com

<sup>3</sup> Doutoranda em Teoria Econômica do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas – (PCE/UEM) da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: laristachio@gmail.com

## **1 INTRODUÇÃO**

No Brasil a exploração da atividade agrícola é de extrema importância e o setor é responsável por 26,6 % do PIB nacional, o que demonstra a sua relevância no mundo. As propriedades rurais em sua grande maioria são passadas de pai para filho. Dados divulgados pelo IBGE no censo de 2017, mostram que 85 %, são a quantidade de transmissão da propriedade rural que são feitas dessa maneira, dado assim a importância do planejamento tributário, facilitação do processo de inventário na sucessão, ficando assim mais protegido o patrimônio familiar (Nunes, Kojima e Placha, 2021).

A origem do modelo societário da *holding* foi criada nos Estados Unidos, na cidade da Pensilvânia, em meados de 1780 e a primeira lei geral foi editada no estado de “New Jersey” trazendo a possibilidade de adquirir ações de uma companhia para outra administrá-la, em seguida se difundindo na Europa. Proveniente do verbo inglês, “to hold”, reproduzidos por deter controlar, sustentar ou segurar (Santos, 2022).

No Brasil, a Lei nº 6.404/1976 foi a determinante do marco regulatório, para a formação da figura, *holding*. Essa lei conhecida como a lei das Sociedades Anônimas S/A, não trazia previsão legal para as *holdings*, mas no seu artigo 2º, § 3º, aduzia que a sociedade tinha por objetivo social a participação em outras sociedades a fim de realizar o objeto social e benefício de incentivos fiscais (Fleury et al., 2021). A Lei também remete ao artigo 116 e 243, § 2º para constituir a base legal da figura jurídica da *holding*.

É discutindo os principais aspectos societários, que tem previsão legal em nossa legislação pátria, explicando-se assim a estrutura operacional da *holding* rural, e tratando da importância dos planejamentos sucessórios e tributários. Também serão examinadas a multidisciplinaridade da *holding*, envolvendo questões agrárias, tributárias e sucessórias, sem perder o foco principal da sociedade (Santos, 2016).

O objetivo do presente estudo foi desenvolver uma pesquisa entre os produtores rurais localizados no município de Cambuquira-MG de diferentes características, que se utilizam da *holding* rural e como consequência o planejamento tributário, patrimonial e sucessório. Pretende-se responder a seguinte pergunta: como a *holding* familiar, na área rural, pode contribuir com a sucessão e planejamento dos produtores?

## **2 MATERIAL E MÉTODOS**

A presente pesquisa foi realizada na Cidade de Cambuquira no Sul do estado de Minas Gerais, por meio de um questionário que foi disponibilizado aos produtores rurais da região, com perguntas estruturadas versando sobre o tema, *holding*, planejamento em suas formas e sucessão na área rural, e também analisando a bibliografia, artigos e livros editados dentro do assunto em questão, estabelecendo em princípio as limitações dos respondentes, ou seja, o perfil e posteriormente, questões específicas sobre o assunto principal desse trabalho, tendo como objetivo tomar conhecimento nessa faixa de população de produtores rurais da região se eles utilizam a *holding* rural como forma de planejamento.

A cidade de Cambuquira tem área territorial de 246.380 km<sup>2</sup> (2021), população estimada de 12.810 pessoas em 2021, registra-se a densidade demográfica de 51,15 hab./km<sup>2</sup> em 2010 e a escolarização 6 a 14 anos é de 98,2 (IBGE, 2022). Esta foi escolhida para ser sede da pesquisa a fim de estabelecer a idade, o sexo; se é pequeno, médio ou grande produtor rural; e por fim se faz uso da figura jurídica de *holding* rural, planejamento tributário, sucessório e patrimonial. Os endereços eletrônicos dos entrevistados foram obtidos por informação do sindicato dos produtores rurais de Cambuquira.

No decorrer da pesquisa quatro convites foram devolvidos eletronicamente, bem como obtidas entre respostas subjetivas, para complementação das respostas objetivas, dezoito respostas completas ao questionário. Importe frisar que os entrevistados são grandes, médios e pequenos produtores rurais, proprietários de fazendas, sítios entre outros, mas todos classificados como empresa ou produtores rurais.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com o resultado dos questionários, inicialmente foram propostas questões para estabelecer o perfil dos produtores rural da cidade de Cambuquira-MG. Observou-se sobre a identificação do sexo do produtor, a porcentagem do público masculino 77,78 %, bem superior ao feminino 22,22%. Em continuidade, a faixa etária destes produtores revela que a maioria possui entre a idade de 30 a 50 anos (50,00 %), logo após 50 a 70 anos (22,22%), 18 a 30 anos (16,67%) e mais de 70 anos (11,11%). A maioria dos produtores responderam que são pequenos proprietários rurais, com até 20 hectares de terra (38,98%), bem como que os trabalhadores familiares predominam em relação aos proprietários de terras mais extensas, com mais de 100 hectares (16,67%), nos revelando assim, para que seja compreendido a dificuldade da região no entendimento da sucessão patrimonial, que já é uma resposta objetiva à proposta do presente estudo.

Acerca da temática sobre *holding* rural, os resultados da pesquisa demonstram que na região 88,33% dos produtores rurais não tem conhecimento sobre *holding* rural contra 16,66% que tem conhecimento ou ficou indeciso com a pergunta, o que indica que os produtores rurais da região necessitam de mais esclarecimento sobre o assunto, para que assim possam laborar com o uso do planejamento sucessório e tributário a fim de proteção do patrimônio e para que tenham menos gastos, organizando de forma adequada e menos onerosa o pagamento de impostos. Sobre o conhecimento que tem o produtor rural da região, sobre planejamento tributário, matéria jurídica de Direito Tributário e Economia, observa-se que 83,33%, não possui esse conhecimento, mesmo na forma básica e 16,67% responderam que sim.

No tocante as ferramentas 16,67% dos respondentes acreditam na sucessão patrimonial, 11,11% acreditam na sucessão familiar planejada, por meio de *holding*, planejamento tributário de forma organizada, lícita e menos onerosa, 16,67% acreditam nesse tipo de ferramenta, certamente, o planejamento tributário é usado a fim de evitar a incidência de certos impostos, como exemplo o Imposto de Transmissão Causa Mortis, como no caso da repartição da herança, pelos pais em vida a seus filhos.

Mesmo com poucas informações, quando questionados sobre o interesse em adquirir mais informações sobre o tema, 77,78% dos que responderam disseram sim, concluindo que os produtores rurais da região necessitam de mais informações sobre a matéria, a fim de se organizarem de maneira que a empresa ou mesmo o produtor rural se perpetue ao longo dos anos.

### **4 CONCLUSÃO**

Com base no questionário aplicado aos produtores rurais da cidade de Cambuquira-MG, nota-se a necessidade de maiores esclarecimentos a este público sobre o tema da *holding* rural, tendo em vista se tratar de instrumento que pode aumentar a capacidade produtiva, a contribuição tributária e contribuir com o planejamento sucessório destes trabalhadores. Em pesquisas futuras, torna-se imprensindível verificar maneiras que proporcionem conhecimento geral sobre o assunto e direcione os formuladores de políticas públicas a aumentar o arcabouço jurídico em torno do tema, para orientar e beneficiar o produtor rural mediante este instrumento jurídico legal.

## **5 REFERÊNCIAS**

- Fleury, J. P. F.: Oliveira, É. D.: Oliveira, E. R.: Santos, G. C.: Santos, D. L. J. S. 2021. Planejamento tributário e sucessório para os pequenos produtores rurais mediante holding patrimonial familiar, Revista Contribuições a las Ciencias Sociales 1: 115-139.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. 2023. Cidades e Estados. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/cambuquira.html>>. Acesso em: 13 fev. 2023.
- Kojima, D. R: Nunes, L. P.: Placha, G. 2021. A incidência tributária sobre a holding familiar para o planejamento sucessório e tributário do empresário rural. Revista direito FAE 4: 71-102.
- Santos, M. C. 2016. Holding familiar: planejamento sucessório e proteção do patrimônio. Monografia - Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Societário, Insper-Instituto de ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brasil.
- Santos, A. G. 2022. Holding rural: aspectos societários do planejamento patrimonial ao agronegócio: Editora Thoth, Londrina, PR, Brasil. Versão disponível em E-book Kindle. Acesso em 05 abril 2022.

**IMPLICAÇÃO SUSTENTÁVEL DO DECRETO ESTADUAL Nº  
14.273: UM ESTUDO DE CASO EM CORUMBÁ - MS****Gastão Lemos Monteiro<sup>1</sup>, Paulo Guilherme Alarcon Fernandes<sup>2</sup>, Larissa Paula Stachio<sup>3</sup>****Área 2: Desenvolvimento Econômico, Agronegócio e Economia Regional****RESUMO**

O objetivo desse trabalho foi avaliar a importância do decreto quanto ao tripé sócio-econômico-ambiental em uma propriedade em Corumbá-MS. O Decreto Estadual nº 14.273/2015, pertinentes ao uso ecologicamente sustentável do pantanal, é a base legal para a sustentabilidade da região pantaneira. As informações foram coletadas a partir de entrevistas e dados públicos, em que, mediante uma análise SWOT, demonstrou-se as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades. As restrições impostas pelo decreto limitam a capacidade produtiva e geração de empregos, mas propicia um aumento na área de preservação. A manutenção da criação de gado é relevante e vem colaborando para a preservação ambiental e manutenção das tradições e costumes do homem pantaneiro. Por sua vez, esse sistema pouco eficiente, de baixa produtividade causa um empobrecimento da população local podendo causar migração e abandono de propriedades, exacerbando a necessidade de implemento de tecnologias e substituição de pastagens.

**Palavras-chave:** pantanal; sustentabilidade; pecuária; SWOT; Ecologia.

**ABSTRACT**

The objective of this study was to evaluate the importance of the decree regarding the socio-economic-environmental tripod in a property in Corumbá-MS. State Decree No. 14,273/2015, pertinent to the ecologically sustainable use of the wetland, is the legal basis for the sustainability of the Pantanal region. The information was collected from interviews and public data, in which, through a SWOT analysis, the strengths, weaknesses, threats and opportunities were demonstrated. The restrictions imposed by the decree limit the productive capacity and generation of jobs, but provide an increase in the area of preservation. The maintenance of cattle breeding is relevant and has been collaborating for the environmental preservation and maintenance of the traditions and customs of the Pantanal man. In turn, this inefficient, low-productivity system causes impoverishment of the local population and can cause migration and abandonment of properties, exacerbating the need to implement technologies and replace pastures.

**Key-words:** swamp; sustainability; animal husbandry; SWOT; Ecology.

**Classificação JEL:** Q00; Q56

<sup>1</sup> São Roque Agropecuária Ltda. Engenheiro Agrônomo. Especialista em Agronegócios pela ESALQ/USP. E-mail: [gastaolemosmonteiro@gmail.com](mailto:gastaolemosmonteiro@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutorando em Teoria Econômica do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas – (PCE/UEM) da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: [pauloguilhermealarc@gmail.com](mailto:pauloguilhermealarc@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutoranda em Teoria Econômica do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas – (PCE/UEM) da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: [laristachio@gmail.com](mailto:laristachio@gmail.com)

## **1 INTRODUÇÃO**

O uso sustentável dos recursos ambientais renováveis é amplamente discutido e com a implementação da Lei nº 9.985/2000, que dispõe diretamente do tema no Bioma Cerrado com o intuito de manter a biodiversidade e demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (Brasil, 2000), destacou a necessidade de preservação ambiental aliada a viabilidade econômica socialmente justa. A abrangência do Bioma Cerrado e as particularidades da região Pantaneira culminaram na Lei Federal nº 12.651/2012, permitindo a exploração ecologicamente sustentável, devendo-se considerar as recomendações técnicas dos órgãos oficiais de pesquisa, ficando novas supressões de vegetação nativa para uso alternativo do solo condicionadas à autorização do órgão estadual do meio ambiente (Brasil, 2012a,b).

Com a legislação federal, o estado do Mato Grosso do Sul, em parceria com vários órgãos de pesquisa, entre elas Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária [EMBRAPA], Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz [ESALQ], Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul [IMASUL], Secretaria da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento do Mato Grosso do Sul [SEMADE], elaboraram um estudo que gerou o Decreto Estadual nº 14.273/2015 mantendo, dessa forma, a permanência da criação de gado como principal motriz econômica deste tripé sócio-econômico-ambiental. O decreto a partir da sua publicação altera, em especial, a concessão de novas autorizações de supressão ambiental de vegetação nativa, vinculados à relevância ecológica da região, com o intuito de resguardar amostras representativas da diversidade dos tipos de vegetação (Mato Grosso do Sul, 2015).

De encontro com esse contexto, o trabalho visa identificar, monitorar e analisar do ponto de vista social, ambiental e econômico os impactos causados por esse decreto, avaliando suas consequências ocorridas na propriedade rural no município de Corumbá-MS, Pantanal do Paiaguás. Buscou-se responder: quais os efeitos sociais do Decreto Estadual nº 14.273/2015 na fazenda de Corumbá-MS e se houve resultados ambientais e econômicos positivos neste espaço temporal de sete anos.

Com esse trabalho, objetivou-se avaliar os efeitos do Decreto Estadual nº 14.273/2015 na prática em uma propriedade pantaneira, permitindo conhecer os impactos inerentes ao mesmo num caso específico, ou seja, analisando os efeitos na população local impactada e verificando se houve benesses ao meio-ambiente e aos envolvidos diretamente ao longo desses anos.

## **2 MATERIAL E MÉTODOS**

O estudo de caso envolve uma propriedade rural com área total de 15.888 hectares, localizada às margens do rio Piquiri, exatamente na divisa do estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com posição geográfica privilegiada ( $S17^{\circ}21'36'' W055^{\circ}50'55''$ ) e tamanho significativo, relevante para tal análise pois, segundo Garcia (1986), o Pantanal do Paiaguás é constituído por fazendas com área média de 11.916 hectares. Com relação a questão ambiental, a propriedade possuía 1.147 hectares antropizadas em 2017, sob a vigência do Decreto Estadual nº 14.273/2015, sendo equivalente à 7,21% da área do imóvel rural. Ainda, está em andamento um Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto do Meio Ambiente [EIA-RIMA] que autoriza uma Supressão de 7.356 hectares divididos em 4 etapas anuais de 1.839 hectares, iniciada em 26 de dezembro de 2021, das quais duas etapas estão sendo concluídas em 2023.

Foi utilizado, para o levantamento dos dados, entrevistas semiestruturadas e informais e análise de documentação inerentes a pesquisa, com coleta de informações de funcionários atuantes no segmento ambiental, representantes de órgãos ambientais, secretaria estadual, entidades não governamentais defensoras do pantanal, sindicato rural, federação da Agricultura

e confederação da Agricultura. Esta metodologia permitiu uma pesquisa qualitativa abordando aspectos práticos e subjetivos para uma análise dos pontos fortes e fraquezas do Decreto Estadual nº14.273/2015 na propriedade em Corumbá-MS.

A partir da coleta dos dados, a análise SWOT foi utilizada para identificar a importância dessas sub características e, a partir disso, demonstrar e evidenciar um plano estratégico para a propriedade. SWOT sigla em inglês para “Strength, Weakness, Opportunity e Threat” (em tradução livre Força, Fraqueza, Oportunidade e Ameaça) é a ferramenta que permite que seja feita análise tanto do ambiente interno (força e fraqueza) quanto do ambiente externo (oportunidade e ameaça) (Haile e Krupka, 2016). Segundo Teruchkin (2003), a análise SWOT, por meio de um inventário das forças e das fraquezas da empresa, das oportunidades e das ameaças do meio ambiente e do grau de adequação entre elas, busca verificar a competitividade da empresa. Neste caso fica implícita a capacidade de a propriedade ser ou não sustentável ou economicamente viável.

A coleta de dados no local e o levantamento dados são as bases desta pesquisa visando identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças tanto no âmbito interno e externo propiciando uma análise SWOT da propriedade que em proporção é representativa em relação a região pantaneira.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A sustentabilidade da região pantaneira depende do tripé econômico-ambiental-social, onde para a região do Pantanal observa-se que 87,5% do seu território continua intacto com sua vegetação natural preservada, segundo IBGE (2020). Porém as dificuldades causadas com os ciclos de cheias e secas aliadas a baixa produtividade dos rebanhos vem impactando negativamente a receita das propriedades. Neste contexto, a análise SWOT, representado na Figura 1, sintetiza os efeitos do Decreto Estadual nº14.273/2015, demonstrando suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças inerentes aos pontos abordados por essa pesquisa. A partir dos resultados obtidos pela análise SWOT, em relação a propriedade objeto do estudo, o Decreto Estadual nº14.273/2015 demonstrou ser fundamental para a reativação desta com a permissão dada pelo Decreto, possibilitando áreas passíveis de supressão vegetal, trazendo investimento para a propriedade.

Figura 1. Resumo da análise SWOT do estudo do Decreto Estadual nº14.273/2015 na propriedade em Corumbá-MS

<b>Ambiente Interno</b>	
<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservação Ambiental, aumento propiciado pela área de resguardo</li> <li>• Regulamentação que autoriza a supressão vegetal, permite novos pedidos de supressão</li> <li>• Continuidade da bovinocultura de baixo impacto, gado como principal fonte econômica</li> <li>• Aumento de produtividade oriunda da substituição de pastagens, aumento de cabeças por hectare</li> <li>• Manutenção das tradições e costumes, viabiliza a permanência do homem ao seu meio tradicional</li> <li>• Geração de empregos, diretos e indiretos, parte periódico e parte fixo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade e complexidade dos estudos ambientais,</li> <li>• Excesso de burocracia no processo de licenciamento,</li> <li>• Morosidade na análise nos processos</li> <li>• Interferência regular de outros órgãos públicos no processo de licenciamento e fiscalização</li> <li>• Redução na área passível de supressão, através da exigência das áreas de resguardo</li> <li>• Alto custo do processo de licenciamento,</li> <li>• Alto custo de Implantação, incapacidade financeira por parte do produtor</li> <li>• Dificuldades devido a adversidades regionais, cheias e secas</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação da sociedade civil no licenciamento ambiental, contribuindo de forma direta na aprovação e fiscalização dos processos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Periocidade dos empregos, mão de obra só na fase de estudo e implantação</li> <li>Mão-de-obra pouco qualificada (baixa escolaridade) dificuldade de adaptação a novas tecnologias e seu emprego</li> </ul>
<b>Ambiente Externo</b>	
<b>Oportunidades</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sequestro de carbono, como tendência de sustentabilidade com a geração de Crédito de Carbono</li> <li>Boi como bombeiro do Pantanal, minimizando os impactos ambientais e econômicos dos incêndios florestais</li> <li>Adesão a programas sustentável (PROAPE), como forma de agregar renda ao produtor</li> <li>Capacitação da mão-de-obra local, necessário para incluir o homem pantaneiro em um cenário mais tecnológico</li> </ul>	<b>Ameaças</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilidade de alteração ou revogação por se tratar de decreto e não Lei</li> <li>Pressão Internacional para o fim do desmatamento</li> <li>Sansão para propriedades que tiveram desmatamento, mesmo que legal</li> <li>Instabilidade no mercado pecuário, oscilação dos preços</li> <li>Vinda de mão-de-obra especializada de outras regiões, tirando vagas do homem pantaneiro</li> <li>Mudanças no estilo de vida tradicional, ameaçando os costumes e tradições local</li> </ul>

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Por outro lado, a complexidade dos estudos, a morosidade da análise, burocracia excessiva e interferência de outros órgãos demonstra ser uma grande barreira, pelo qual com a continuidade da pecuária tradicional, com baixa produtividade, o produtor passa por dificuldades, necessitando de investimento externo. Com a autorização ambiental e início da fase de implantação, apesar do alto investimento, a propriedade entra num ritmo acelerado, gerando inúmeros empregos diretos, como operadores de máquinas pesadas, tratoristas, equipes de cerqueiros, consultores técnicos, pedreiros, mecânicos entre outros colaboradores. A cada fase implantada, a pecuária tradicional passa a ter menos importância no contexto geral da propriedade, que passa a gozar de uma maior produtividade e começa a se tornar economicamente viável, exigindo cada vez mais um número maior de colaboradores para a lida do gado. As adversidades pantaneiras como as cheias ditam a duração de cada fase de implantação, muitas vezes ocasionando atrasos nas etapas, sendo exemplo dessas dificuldades. As grandes distâncias das cidades aponta ser outro fator que contribui para a elevação dos custos de implantação o frete cobrado para levar os produtos necessários como óleo diesel, materiais de construção, sal mineral, mantimentos são bastante significativos.

A área de resguardo imposta pelo decreto demonstra ser uma limitante para a produção na propriedade, por ser considerada uma área passível de uso com a criação de gado, mas como não sendo passível de supressão comporta apenas pecuária no formato tradicional não economicamente viável, criando um paradoxo entre a utilização ou não dessas áreas com pecuária. Por outro lado, vislumbra-se uma oportunidade com o sequestro de carbono que vem ocorrendo nestas áreas, podendo se tornar um incremento de renda ao produtor através da comercialização de crédito de carbono. O uso das áreas de vegetação nativa (área de preservação permanente, reserva legal, áreas de resguardo entre outras) com a criação de gado de baixo impacto cria a oportunidade de manter a biomassa diminuída, reduzindo o potencial de incêndio evitando grandes prejuízos ao meio ambiente e às estruturas da propriedade como cercas, mangueiros, pastagens implantadas.

## **4 CONCLUSÃO**

A essência preservacionista do Decreto Estadual nº 14.273/2015, com a imposição de medidas ainda mais restritivas, como as áreas de resguardo, pode contribuir para a continuidade do empobrecimento da região ocasionando abandono por parte dos fazendeiros e migração da população local para áreas com maiores oportunidades. Por outro lado, a possibilidade de supressão vegetal e permanência da criação de gado são fatores essenciais para o equilíbrio sustentável da região, garantindo oportunidades a população local, viabilidade econômica das propriedades e preservando as características ambientais naturais peculiares da região.

Na propriedade objeto desse estudo, o Decreto demonstrou-se ser essencial para a continuidade de sua atividade, sem a possibilidade de supressão vegetal a área permaneceria em estado de abandono, contudo mesmo diante das dificuldades, limitações de área (área de resguardo), alto investimento, lentidão no processo, insegurança jurídica, viabilizou o empreendimento trazendo inúmeras oportunidades de emprego, melhores condições de vida, educação, mantendo as tradições e costumes e possibilitando a permanência na região. Contudo o decreto por ser relativamente novo, precisa passar por uma nova fase de estudos com o intuito de equilibrar as premissas da sustentabilidade: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental para sim futuramente ser efetivamente regulamentado no formato de lei garantindo definitivamente a sustentabilidade no Pantanal.

## **6 REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm). Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm). Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12727.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12727.htm). Acesso em: 19 abr. 2023.

Garcia E. A. C. Estudo técnico-econômica da pecuária bovina do Matogrossense.

EMBRAPA-CPAP 20: 65-102. Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/787683>. Acesso em: 19 abr. 2023.

HAILE, M.; KRUPKA, J. Public Administration Project selection using case-based reasoning. University of Pardubic, Pardubic, República Tcheca. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/10195/69590>. Acesso em: 19 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA [IBGE]. Contas de ecossistemas: o uso da terra nos biomas brasileiros: 2000- 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101753>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 14.273, de 8 de outubro de 2015. Disponível em:

<https://www.imasul.ms.gov.br/legislacao-ambiental/decretos/#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2014.273%2C%20DE%208,Sul%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias>. Acesso em: 19 abr. 2023.

TERUCHKIN, S. R. U. As estratégias empresariais para os vinhos finos no Brasil e no Uruguai: uma análise comparada. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/4066>. Acesso em: 19 abr. 2023.

**IMPLICAÇÃO SUSTENTÁVEL DO DECRETO ESTADUAL Nº  
14.273: UM ESTUDO DE CASO EM CORUMBÁ - MS****Gastão Lemos Monteiro<sup>1</sup>, Paulo Guilherme Alarcon Fernandes<sup>2</sup>, Larissa Paula Stachio<sup>3</sup>****Área 2: Desenvolvimento Econômico, Agronegócio e Economia Regional****RESUMO**

O objetivo desse trabalho foi avaliar a importância do decreto quanto ao tripé sócio-econômico-ambiental em uma propriedade em Corumbá-MS. O Decreto Estadual nº 14.273/2015, pertinentes ao uso ecologicamente sustentável do pantanal, é a base legal para a sustentabilidade da região pantaneira. As informações foram coletadas a partir de entrevistas e dados públicos, em que, mediante uma análise SWOT, demonstrou-se as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades. As restrições impostas pelo decreto limitam a capacidade produtiva e geração de empregos, mas propicia um aumento na área de preservação. A manutenção da criação de gado é relevante e vem colaborando para a preservação ambiental e manutenção das tradições e costumes do homem pantaneiro. Por sua vez, esse sistema pouco eficiente, de baixa produtividade causa um empobrecimento da população local podendo causar migração e abandono de propriedades, exacerbando a necessidade de implemento de tecnologias e substituição de pastagens.

**Palavras-chave:** pantanal; sustentabilidade; pecuária; SWOT; Ecologia.

**ABSTRACT**

The objective of this study was to evaluate the importance of the decree regarding the socio-economic-environmental tripod in a property in Corumbá-MS. State Decree No. 14,273/2015, pertinent to the ecologically sustainable use of the wetland, is the legal basis for the sustainability of the Pantanal region. The information was collected from interviews and public data, in which, through a SWOT analysis, the strengths, weaknesses, threats and opportunities were demonstrated. The restrictions imposed by the decree limit the productive capacity and generation of jobs, but provide an increase in the area of preservation. The maintenance of cattle breeding is relevant and has been collaborating for the environmental preservation and maintenance of the traditions and customs of the Pantanal man. In turn, this inefficient, low-productivity system causes impoverishment of the local population and can cause migration and abandonment of properties, exacerbating the need to implement technologies and replace pastures.

**Key-words:** swamp; sustainability; animal husbandry; SWOT; Ecology.

**Classificação JEL:** Q00; Q56

<sup>1</sup> São Roque Agropecuária Ltda. Engenheiro Agrônomo. Especialista em Agronegócios pela ESALQ/USP. E-mail: [gastaolemosmonteiro@gmail.com](mailto:gastaolemosmonteiro@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutorando em Teoria Econômica do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas – (PCE/UEM) da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: [pauloguilhermealarc@gmail.com](mailto:pauloguilhermealarc@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutoranda em Teoria Econômica do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas – (PCE/UEM) da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: [laristachio@gmail.com](mailto:laristachio@gmail.com)

## **1 INTRODUÇÃO**

O uso sustentável dos recursos ambientais renováveis é amplamente discutido e com a implementação da Lei nº 9.985/2000, que dispõe diretamente do tema no Bioma Cerrado com o intuito de manter a biodiversidade e demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (Brasil, 2000), destacou a necessidade de preservação ambiental aliada a viabilidade econômica socialmente justa. A abrangência do Bioma Cerrado e as particularidades da região Pantaneira culminaram na Lei Federal nº 12.651/2012, permitindo a exploração ecologicamente sustentável, devendo-se considerar as recomendações técnicas dos órgãos oficiais de pesquisa, ficando novas supressões de vegetação nativa para uso alternativo do solo condicionadas à autorização do órgão estadual do meio ambiente (Brasil, 2012a,b).

Com a legislação federal, o estado do Mato Grosso do Sul, em parceria com vários órgãos de pesquisa, entre elas Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária [EMBRAPA], Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz [ESALQ], Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul [IMASUL], Secretaria da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento do Mato Grosso do Sul [SEMADE], elaboraram um estudo que gerou o Decreto Estadual nº 14.273/2015 mantendo, dessa forma, a permanência da criação de gado como principal motriz econômica deste tripé sócio-econômico-ambiental. O decreto a partir da sua publicação altera, em especial, a concessão de novas autorizações de supressão ambiental de vegetação nativa, vinculados à relevância ecológica da região, com o intuito de resguardar amostras representativas da diversidade dos tipos de vegetação (Mato Grosso do Sul, 2015).

De encontro com esse contexto, o trabalho visa identificar, monitorar e analisar do ponto de vista social, ambiental e econômico os impactos causados por esse decreto, avaliando suas consequências ocorridas na propriedade rural no município de Corumbá-MS, Pantanal do Paiaguás. Buscou-se responder: quais os efeitos sociais do Decreto Estadual nº 14.273/2015 na fazenda de Corumbá-MS e se houve resultados ambientais e econômicos positivos neste espaço temporal de sete anos.

Com esse trabalho, objetivou-se avaliar os efeitos do Decreto Estadual nº 14.273/2015 na prática em uma propriedade pantaneira, permitindo conhecer os impactos inerentes ao mesmo num caso específico, ou seja, analisando os efeitos na população local impactada e verificando se houve benesses ao meio-ambiente e aos envolvidos diretamente ao longo desses anos.

## **2 MATERIAL E MÉTODOS**

O estudo de caso envolve uma propriedade rural com área total de 15.888 hectares, localizada às margens do rio Piquiri, exatamente na divisa do estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com posição geográfica privilegiada ( $S17^{\circ}21'36'' W055^{\circ}50'55''$ ) e tamanho significativo, relevante para tal análise pois, segundo Garcia (1986), o Pantanal do Paiaguás é constituído por fazendas com área média de 11.916 hectares. Com relação a questão ambiental, a propriedade possuía 1.147 hectares antropizadas em 2017, sob a vigência do Decreto Estadual nº 14.273/2015, sendo equivalente à 7,21% da área do imóvel rural. Ainda, está em andamento um Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto do Meio Ambiente [EIA-RIMA] que autoriza uma Supressão de 7.356 hectares divididos em 4 etapas anuais de 1.839 hectares, iniciada em 26 de dezembro de 2021, das quais duas etapas estão sendo concluídas em 2023.

Foi utilizado, para o levantamento dos dados, entrevistas semiestruturadas e informais e análise de documentação inerentes a pesquisa, com coleta de informações de funcionários atuantes no segmento ambiental, representantes de órgãos ambientais, secretaria estadual, entidades não governamentais defensoras do pantanal, sindicato rural, federação da Agricultura

e confederação da Agricultura. Esta metodologia permitiu uma pesquisa qualitativa abordando aspectos práticos e subjetivos para uma análise dos pontos fortes e fraquezas do Decreto Estadual nº14.273/2015 na propriedade em Corumbá-MS.

A partir da coleta dos dados, a análise SWOT foi utilizada para identificar a importância dessas sub características e, a partir disso, demonstrar e evidenciar um plano estratégico para a propriedade. SWOT sigla em inglês para “Strength, Weakness, Opportunity e Threat” (em tradução livre Força, Fraqueza, Oportunidade e Ameaça) é a ferramenta que permite que seja feita análise tanto do ambiente interno (força e fraqueza) quanto do ambiente externo (oportunidade e ameaça) (Haile e Krupka, 2016). Segundo Teruchkin (2003), a análise SWOT, por meio de um inventário das forças e das fraquezas da empresa, das oportunidades e das ameaças do meio ambiente e do grau de adequação entre elas, busca verificar a competitividade da empresa. Neste caso fica implícita a capacidade de a propriedade ser ou não sustentável ou economicamente viável.

A coleta de dados no local e o levantamento dados são as bases desta pesquisa visando identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças tanto no âmbito interno e externo propiciando uma análise SWOT da propriedade que em proporção é representativa em relação a região pantaneira.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A sustentabilidade da região pantaneira depende do tripé econômico-ambiental-social, onde para a região do Pantanal observa-se que 87,5% do seu território continua intacto com sua vegetação natural preservada, segundo IBGE (2020). Porém as dificuldades causadas com os ciclos de cheias e secas aliadas a baixa produtividade dos rebanhos vem impactando negativamente a receita das propriedades. Neste contexto, a análise SWOT, representado na Figura 1, sintetiza os efeitos do Decreto Estadual nº14.273/2015, demonstrando suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças inerentes aos pontos abordados por essa pesquisa. A partir dos resultados obtidos pela análise SWOT, em relação a propriedade objeto do estudo, o Decreto Estadual nº14.273/2015 demonstrou ser fundamental para a reativação desta com a permissão dada pelo Decreto, possibilitando áreas passíveis de supressão vegetal, trazendo investimento para a propriedade.

Figura 1. Resumo da análise SWOT do estudo do Decreto Estadual nº14.273/2015 na propriedade em Corumbá-MS

<b>Ambiente Interno</b>	
<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservação Ambiental, aumento propiciado pela área de resguardo</li> <li>• Regulamentação que autoriza a supressão vegetal, permite novos pedidos de supressão</li> <li>• Continuidade da bovinocultura de baixo impacto, gado como principal fonte econômica</li> <li>• Aumento de produtividade oriunda da substituição de pastagens, aumento de cabeças por hectare</li> <li>• Manutenção das tradições e costumes, viabiliza a permanência do homem ao seu meio tradicional</li> <li>• Geração de empregos, diretos e indiretos, parte periódico e parte fixo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade e complexidade dos estudos ambientais,</li> <li>• Excesso de burocracia no processo de licenciamento,</li> <li>• Morosidade na análise nos processos</li> <li>• Interferência regular de outros órgãos públicos no processo de licenciamento e fiscalização</li> <li>• Redução na área passível de supressão, através da exigência das áreas de resguardo</li> <li>• Alto custo do processo de licenciamento,</li> <li>• Alto custo de Implantação, incapacidade financeira por parte do produtor</li> <li>• Dificuldades devido a adversidades regionais, cheias e secas</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação da sociedade civil no licenciamento ambiental, contribuindo de forma direta na aprovação e fiscalização dos processos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Periocidade dos empregos, mão de obra só na fase de estudo e implantação</li> <li>Mão-de-obra pouco qualificada (baixa escolaridade) dificuldade de adaptação a novas tecnologias e seu emprego</li> </ul>
<b>Ambiente Externo</b>	
<b>Oportunidades</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sequestro de carbono, como tendência de sustentabilidade com a geração de Crédito de Carbono</li> <li>Boi como bombeiro do Pantanal, minimizando os impactos ambientais e econômicos dos incêndios florestais</li> <li>Adesão a programas sustentável (PROAPE), como forma de agregar renda ao produtor</li> <li>Capacitação da mão-de-obra local, necessário para incluir o homem pantaneiro em um cenário mais tecnológico</li> </ul>	<b>Ameaças</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilidade de alteração ou revogação por se tratar de decreto e não Lei</li> <li>Pressão Internacional para o fim do desmatamento</li> <li>Sansão para propriedades que tiveram desmatamento, mesmo que legal</li> <li>Instabilidade no mercado pecuário, oscilação dos preços</li> <li>Vinda de mão-de-obra especializada de outras regiões, tirando vagas do homem pantaneiro</li> <li>Mudanças no estilo de vida tradicional, ameaçando os costumes e tradições local</li> </ul>

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Por outro lado, a complexidade dos estudos, a morosidade da análise, burocracia excessiva e interferência de outros órgãos demonstra ser uma grande barreira, pelo qual com a continuidade da pecuária tradicional, com baixa produtividade, o produtor passa por dificuldades, necessitando de investimento externo. Com a autorização ambiental e início da fase de implantação, apesar do alto investimento, a propriedade entra num ritmo acelerado, gerando inúmeros empregos diretos, como operadores de máquinas pesadas, tratoristas, equipes de cerqueiros, consultores técnicos, pedreiros, mecânicos entre outros colaboradores. A cada fase implantada, a pecuária tradicional passa a ter menos importância no contexto geral da propriedade, que passa a gozar de uma maior produtividade e começa a se tornar economicamente viável, exigindo cada vez mais um número maior de colaboradores para a lida do gado. As adversidades pantaneiras como as cheias ditam a duração de cada fase de implantação, muitas vezes ocasionando atrasos nas etapas, sendo exemplo dessas dificuldades. As grandes distâncias das cidades aponta ser outro fator que contribui para a elevação dos custos de implantação o frete cobrado para levar os produtos necessários como óleo diesel, materiais de construção, sal mineral, mantimentos são bastante significativos.

A área de resguardo imposta pelo decreto demonstra ser uma limitante para a produção na propriedade, por ser considerada uma área passível de uso com a criação de gado, mas como não sendo passível de supressão comporta apenas pecuária no formato tradicional não economicamente viável, criando um paradoxo entre a utilização ou não dessas áreas com pecuária. Por outro lado, vislumbra-se uma oportunidade com o sequestro de carbono que vem ocorrendo nestas áreas, podendo se tornar um incremento de renda ao produtor através da comercialização de crédito de carbono. O uso das áreas de vegetação nativa (área de preservação permanente, reserva legal, áreas de resguardo entre outras) com a criação de gado de baixo impacto cria a oportunidade de manter a biomassa diminuída, reduzindo o potencial de incêndio evitando grandes prejuízos ao meio ambiente e às estruturas da propriedade como cercas, mangueiros, pastagens implantadas.

## **4 CONCLUSÃO**

A essência preservacionista do Decreto Estadual nº 14.273/2015, com a imposição de medidas ainda mais restritivas, como as áreas de resguardo, pode contribuir para a continuidade do empobrecimento da região ocasionando abandono por parte dos fazendeiros e migração da população local para áreas com maiores oportunidades. Por outro lado, a possibilidade de supressão vegetal e permanência da criação de gado são fatores essenciais para o equilíbrio sustentável da região, garantindo oportunidades a população local, viabilidade econômica das propriedades e preservando as características ambientais naturais peculiares da região.

Na propriedade objeto desse estudo, o Decreto demonstrou-se ser essencial para a continuidade de sua atividade, sem a possibilidade de supressão vegetal a área permaneceria em estado de abandono, contudo mesmo diante das dificuldades, limitações de área (área de resguardo), alto investimento, lentidão no processo, insegurança jurídica, viabilizou o empreendimento trazendo inúmeras oportunidades de emprego, melhores condições de vida, educação, mantendo as tradições e costumes e possibilitando a permanência na região. Contudo o decreto por ser relativamente novo, precisa passar por uma nova fase de estudos com o intuito de equilibrar as premissas da sustentabilidade: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental para sim futuramente ser efetivamente regulamentado no formato de lei garantindo definitivamente a sustentabilidade no Pantanal.

## **6 REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm). Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm). Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12727.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12727.htm). Acesso em: 19 abr. 2023.

Garcia E. A. C. Estudo técnico-econômica da pecuária bovina do Matogrossense.

EMBRAPA-CPAP 20: 65-102. Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/787683>. Acesso em: 19 abr. 2023.

HAILE, M.; KRUPKA, J. Public Administration Project selection using case-based reasoning. University of Pardubic, Pardubic, República Tcheca. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/10195/69590>. Acesso em: 19 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA [IBGE]. Contas de ecossistemas: o uso da terra nos biomas brasileiros: 2000- 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101753>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 14.273, de 8 de outubro de 2015. Disponível em:

<https://www.imasul.ms.gov.br/legislacao-ambiental/decretos/#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2014.273%2C%20DE%208,Sul%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias>. Acesso em: 19 abr. 2023.

TERUCHKIN, S. R. U. As estratégias empresariais para os vinhos finos no Brasil e no Uruguai: uma análise comparada. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/4066>. Acesso em: 19 abr. 2023.

## **MEGATENDÊNCIAS E SEU IMPACTO NA ECONOMIA GLOBALIZADA**

<sup>1</sup>**GUSTAVO ORLANDO NARDO**

<sup>2</sup>**PEDRO MIYOSHI MESQUITA KANADA**

<sup>3</sup>**LEONARDO MARTINS ALBERTONI BERNARDO**

<sup>4</sup>**ALEXANDRE FLORINDO ALVES**

### **ÁREA 2**

#### **RESUMO**

As megatendências são transformações de longo prazo com impacto significativo em diversas áreas da sociedade. Este resumo-expandido visa abordar as megatendências que envolvem a sociedade e a economia brasileira, destacando seu impacto em áreas-chave da sociedade e explorando como elas interagem para influenciar o cenário político. Tecnologia e digitalização têm redefinido o engajamento político, com a internet e redes sociais sendo fundamentais na disseminação de informações e estratégias de campanhas eleitorais. A urbanização e crescimento populacional impõem desafios para gestores públicos, influenciando a agenda política. O envelhecimento da população suscita debates sobre a reforma da previdência e políticas de inclusão. A preocupação ambiental afeta a política, exigindo medidas sustentáveis e responsáveis. A persistente desigualdade social e econômica pauta políticas para redução da pobreza e equidade. Por fim, a globalização influencia questões como acordos comerciais e cooperação internacional. Estes resultados parciais destacam a complexidade das interações entre as megatendências e como elas moldam a política brasileira e as ações e estratégias empresariais, enfatizando a necessidade de adaptação contínua para enfrentar os desafios na evolução do país.

**Palavras-chave:** megatendências, economia brasileira, políticas públicas, desigualdade social, globalização.

**Key-words:** megatrends, Brazilian economy, public policies, social inequality, globalization.

**Classificação JEL:** O10 F60

**Projeto institucional vinculado (não obrigatório): Programa de Educação Tutorial**

<sup>1</sup> Bolsista do PET Economia, Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Maringá.  
ra130559@uem.br

<sup>2</sup> Bolsista do PET Economia, Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Maringá.  
ra129610@uem.br

<sup>3</sup> Bolsista do PET Economia, Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Maringá.  
ra128605@uem.br

<sup>4</sup> Tutor do PET de Economia, Professor Associado do Curso de Ciências Econômicas, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas e do Mestrado Profissional em Agroecologia da Universidade Estadual de Maringá. afalves@uem.br

## 1 INTRODUÇÃO

As megatendências são fenômenos de larga escala e de longo prazo que moldam profundamente os rumos da sociedade e da humanidade em sua totalidade. Elas são impulsionadas por uma combinação complexa de fatores, como avanços tecnológicos, mudanças demográficas, transformações culturais, desafios ambientais e evoluções econômicas. O objetivo deste resumo expandido é explorar essas questões, evidenciando o impacto que exercem sobre a sociedade. Para alcançar este objetivo, foram empregados métodos de pesquisa que incluíram a leitura de artigos e resumos oficiais relacionados ao tema. Essas megatendências, destacadas no próximo tópico em **negrito**, embora estejam interconectadas, podem ser classificadas em agrupamentos que capturam as mudanças na dinâmica social, nas perspectivas individuais, na economia global e no contexto empresarial.

## 2 MEGATENDÊNCIAS

Conforme a PricewaterhouseCoopers-PWC (2023) uma das megatendências mais marcantes é a **tecnologia e digitalização**. O rápido avanço tecnológico tem remodelado como os brasileiros se engajam politicamente. A internet e as redes sociais têm se tornado plataformas fundamentais para a disseminação de informações e para o envolvimento do eleitorado nas campanhas eleitorais. Essa democratização da informação tem impactado a opinião pública e como os políticos conduzem suas estratégias de comunicação.

A **urbanização e o crescimento populacional** também são megatendências relevantes no contexto brasileiro. O aumento da população nas áreas urbanas tem gerado desafios para os gestores públicos. A demanda por infraestrutura, serviços básicos, empregos e segurança exige soluções efetivas por parte dos governantes, influenciando assim a agenda política e as prioridades do governo.

De acordo com Marcial (2015) outro aspecto demográfico importante é o **envelhecimento da população**. Essa megatendência coloca em discussão a sustentabilidade do sistema previdenciário e de saúde do país, gerando debates sobre a reforma da previdência e a alocação de recursos públicos para garantir o atendimento adequado aos idosos. Além disso, as mudanças nas dinâmicas familiares e nos padrões de migração podem estimular a formulação de políticas sociais e de inclusão.

A preocupação crescente com a **sustentabilidade** e as **questões ambientais** também está presente no cenário político brasileiro. A conscientização sobre os impactos das mudanças climáticas e a necessidade de desenvolvimento sustentável têm influenciado a agenda política, demandando medidas para a preservação dos recursos naturais e para a promoção de políticas ambientalmente responsáveis.

Não obstante, a persistente **desigualdade social e econômica** no Brasil é outra megatendência que afeta a política do país. Pela ótica de Soares (2023) as questões relacionadas à economia, emprego e educação são fatores decisivos na formulação de políticas voltadas para a redução da pobreza e para a promoção da equidade social, tornando-se temas centrais em debates políticos.

Por fim, a **globalização** e as relações internacionais também têm seu impacto no cenário político brasileiro. À medida que o país se torna cada vez mais interconectado com o mundo, questões como acordos comerciais, migração e cooperação internacional ganham importância na agenda política.

## 3 ATUAIS IMPACTOS DAS MEGATENDÊNCIAS

### 3.1 IMPACTOS NOS INDIVÍDUOS

Nas nações com uma proporção significativa de jovens, anualmente ocorre o mesmo problema: milhões de indivíduos atingem a idade apropriada para ingressar na força de trabalho, porém muitos carecem da experiência necessária para atender às exigências do mercado laboral (KALAITZI, 2023). Independentemente do patamar educacional alcançado por esses jovens, deparam-se com uma escassez de oportunidades de emprego, contribuindo para a perpetuação de um estado crônico de elevado desemprego juvenil.

Além desse desafio, observa-se um crescente impacto nas questões de saúde mental em decorrência da proliferação da tecnologia em todas as esferas da vida humana. Esse fenômeno amplifica os efeitos adversos na saúde cerebral, manifestando-se via sintomas como déficit de atenção, prejuízo na inteligência emocional e social, dependência excessiva em tecnologia, isolamento social, restrição no desenvolvimento cognitivo e distúrbios do sono (BARBOZA JR. e CASTRO , 2021).

De acordo com Souza et al. (2020), a problemática da aposentadoria também se torna proeminente em países com uma população envelhecida. A confiabilidade das pensões para sustentar um padrão de vida adequado torna-se cada vez mais incerta, obrigando as pessoas a começarem a poupar desde cedo ou a prolongarem sua vida laboral - e, em muitos casos, ambas as alternativas se fazem necessárias. O aumento da pobreza entre a parcela mais idosa da população é um desdobramento inevitável desse cenário.

Paralelamente, segundo a PWC (2023) a instabilidade social provoca um declínio na segurança pessoal, elevando o risco de agitações e turbulências políticas. A possibilidade de surgirem guerras civis, saques e um aumento na violência é uma consequência real das problemáticas contemporâneas que enfrentamos.

Em resumo, nações com uma maioria de jovens, por exemplo, confrontam um conjunto intrincado de desafios sociais e econômicos que abrangem desde a dificuldade de inserção no mercado de trabalho até as implicações adversas da tecnologia na saúde mental, a incerteza em relação à aposentadoria e a potencial instabilidade derivada da insegurança social. Solucionar essas questões requer uma abordagem abrangente e cooperativa, que envolva políticas públicas e iniciativas tanto no âmbito social quanto no econômico.

### 3.2 IMPACTOS NAS EMPRESAS

Na atualidade, existe uma série de desafios interligados, cujas ramificações impactam diversos aspectos da sociedade e dos negócios. Um dos principais obstáculos é a insegurança de recursos e o consequente aumento de custos. Essencialmente, materiais brutos fundamentais para a produção de bens, como energia, água, terras produtivas e minerais, estão se tornando cada vez mais escassos, o que, por sua vez, leva ao aumento dos preços desses elementos vitais (KPMG, 2023).

Nesse cenário, emerge a perspectiva positiva da criação de empregos mediante investimentos em tecnologia climática (IPCC, 2023). Da mesma forma que a revolução digital gerou uma multiplicidade de postos de trabalho relacionados à Tecnologia da Informação, a transição para práticas ecologicamente responsáveis também está gerando uma gama diversificada de oportunidades profissionais em campos ainda pouco compreendidos e explorados. No entanto, o desafio reside em entender como capacitar as pessoas para esses novos domínios e auxiliá-las em sua jornada de aprendizado.

Para as organizações, a diferenciação competitiva torna-se um imperativo estratégico. Consoante a PWC (2023) a habilidade de redefinir o valor que proporcionam aos clientes e à sociedade, por meio da adoção plena da tecnologia, pode conferir vantagem crucial no mercado.

No entanto, ao mesmo tempo que essa transformação ocorre, percebe-se um fenômeno preocupante: a concentração de poder. Diversas pequenas empresas enfrentam desafios intransponíveis ao tentar competir em um mundo digitalizado, devido à incapacidade de se beneficiar dos efeitos de rede e à dificuldade de suportar o pesado investimento tecnológico exigido. Como alerta a KPMG (2023), o avanço tecnológico, embora possa impulsionar o desenvolvimento de negócios locais, também pode aprofundar a disparidade entre pequenas e grandes empresas, que detêm recursos e tecnologias avançadas para competir em larga escala. Além disso, um contexto de diversidade geracional complica ainda mais o panorama. Com cinco gerações distintas - tradicionalistas, baby boomers, geração X, millennials e geração Z - colaborando na força de trabalho, é inevitável que suas visões diferentes sobre o trabalho e o mundo possam gerar desafios na busca por alinhamento e coesão (MACEDO et al., 2023). A harmonização dessas perspectivas diversas em torno de objetivos compartilhados torna-se um exercício crucial para a maximização do potencial coletivo.

Em síntese, o mundo contemporâneo está imerso em uma teia de desafios complexos e interligados, que exigem respostas coordenadas e inovadoras. A gestão eficaz da escassez de recursos, a exploração das oportunidades de emprego na transição verde, a busca pela diferenciação competitiva, a mitigação das desigualdades geracionais e o fomento da cooperação entre gerações são elementos fundamentais para a construção de um futuro mais resiliente e sustentável.

### **3.3 IMPACTOS NAS NAÇÕES**

As mudanças climáticas estão provocando transformações fundamentais nas atividades humanas, resultando em novas dependências econômicas (HOMMA, 2023). Isso inclui redução da dependência de países exportadores de petróleo e gás, enquanto cresce a necessidade de recursos como hidrogênio, lítio, níquel e cobalto em diferentes nações.

Ao mesmo tempo, surge o desafio da migração em massa devido às mudanças climáticas. À medida que essas transformações prejudicam a vida e os meios de subsistência em nações vulneráveis, observa-se um movimento acelerado de migração, principalmente do Sul para o Norte e das áreas costeiras para as montanhas, em busca de segurança e oportunidades (PWC, 2023). Essas mudanças também colocam em risco a segurança alimentar global e as exportações agrícolas. Eventos climáticos extremos têm o potencial de prejudicar colheitas, desencadeando crises alimentares que transcendem fronteiras nacionais.

Além disso, há um aumento nos conflitos internacionais em várias formas - armadas, econômicas, cibernéticas, etc. Esses conflitos estão se espalhando por mais países e os esforços multilaterais para evitá-los ou resolvê-los estão enfrentando desafios crescentes devido à falta de cooperação internacional sólida (SANTOS, 2020).

Em síntese, as megatendências estão redefinindo as bases da economia global, impulsionando movimentos populacionais e colocando em xeque as estruturas institucionais existentes.

## **4 CONCLUSÃO**

Dentro do contexto de transformações aceleradas, a adaptabilidade e a capacidade de inovação assumem um caráter preponderante, revelando-se como elementos basilares na salvaguarda da segurança e no progresso das nações. A busca por soluções de elevada eficiência implica necessidade de sinergia entre os aparatos governamentais, as entidades de escopo internacional e a coletividade em sua completude. Unicamente através da conjunção de

esforços sinérgicos e da aplicação de competências múltiplas é que se torna possível uma abordagem condizente e perspicaz perante os desafios multifacetados que se delineiam.

## REFERÊNCIAS

- CASTRO, Amanda Silva de; JUNIOR, José Antônio Barboza. Desenvolvimento saudável da saúde mental de crianças expostas ao abuso da tecnologia durante o isolamento social / Healthy mental health development of children exposed to technology abuse during social isolation. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 2, p. 6279–6283, 2021. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/26903>>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Caminhos sustentáveis para o futuro da Amazônia brasileira. In: EMBRAPA. **Olhares para 2030:** desenvolvimento sustentável. Brasília: EMBRAPA, 2023. Disponível em, <https://www.embrapa.br/-/artigo-alfredo-homma?inheritRedirect=true>. Acesso em 9 ago. 2023.
- IPCC — **Intergovernmental Panel on Climate Change**. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/>>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- KALAITZI, Dimitra; MATOPOULOS, Aristides; FORNASIERO, Rosanna; *et al.* Megatrends and Trends Shaping Supply Chain Innovation. In: FORNASIERO, Rosanna; SARDESAI, Saskia; BARROS, Ana Cristina; *et al* (Orgs.). **Next Generation Supply Chains: A Roadmap for Research and Innovation**. Cham: Springer International Publishing, 2021, p. 3–34. (Lecture Notes in Management and Industrial Engineering). Disponível em: <[https://doi.org/10.1007/978-3-030-63505-3\\_1](https://doi.org/10.1007/978-3-030-63505-3_1)>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- KPMG. **Estado Futuro 2030 - KPMG Brasil**. Disponível em: <<https://kpmg.com/br/pt/home/insights/2014/03/estado-futuro-2030.html>>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- MACEDO, Renato Reis De; VELOSO, Elza Fátima Rosa; PINSKY, Vanessa; *et al.* Career management in digital age: a study of leadership's competencies and practices applied for IT professionals. **Revista de Administração da UFSM**, v. 16, n. 1, p. e3, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reau fsm/article/view/69082>>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- MARCIAL, Elaine Coutinho (Organizadora). **Megatendências mundiais 2030:** o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo? : contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil. <http://www.ipea.gov.br>, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5256>>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- NERI, Marcelo; SOARES, Wagner. Desigualdade social e saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, p. S77–S87, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/n5WCfG6hxCNTKjT5tVdqGJs>>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- PRICEWATERHOUSECOOPERS. **PwC Debate | Mundo 2030**. PwC. Disponível em: <<https://www.pwc.com/br/temas-atauais/pwc-em-debate/pwc-debate-mundo-2030.html>>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- SANTOS, José Alberto Loureiro dos. **Conflitos na era da informação / as revoltas árabes**. v. 41, p. 229–246, 2020. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/45964>>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- SINGH, S. **New Mega Trends: Implications for our Future Lives**. [s.l.]: Springer, 2012.
- SOARES, Márcia Miranda; GARCÍA, Encarnación Murillo; CARBONELL, Jesús Ruiz-Huerta. Desigualdades territoriais no financiamento das políticas de educação e de saúde

na Espanha e no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 57, p. e, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/cxBzXKGMbRfZXxyLmbjCgYM/?lang=pt>>. Acesso em: 9 ago. 2023.

5

SOUZA, Laudiane Barros Correia de; LEAL, Márcia Carréra Campos; BEZERRA, Adriana Falangola Benjamin; *et al.* Fatores de postergação da aposentadoria de idosos: revisão integrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3889–3900, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/gtkKyKs3svJQ8RFrnFp86fM/?lang=pt>>. Acesso em: 9 ago. 2023.

SOUZA, Luciana Cristina. ENERGIA E SUSTENTABILIDADE HUMANA: Impacto das metas do ODS 7 no Brasil. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, v. 6, n. 1, p. 58–79, 2020. Disponível em:

<<https://www.indexlaw.org/index.php/Socioambientalismo/article/view/6486>>. Acesso em: 9 ago. 2023.

SWEENEY, Edward. Supply Chain “Mega-Trends”: Current Status and Future Trends. **Practitioner Journals**, 2013. Disponível em: <<https://arrow.tudublin.ie/nitloth/83>>.



## MEGATENDÊNCIAS E SEU IMPACTO NA ECONOMIA GLOBALIZADA

<sup>1</sup>GUSTAVO ORLANDO NARDO

<sup>2</sup>PEDRO MIYOSHI MESQUITA KANADA

<sup>3</sup>LEONARDO MARTINS ALBERTONI BERNARDO

<sup>4</sup>ALEXANDRE FLORINDO ALVES

### ÁREA 2

#### RESUMO

As megatendências são transformações de longo prazo com impacto significativo em diversas áreas da sociedade. Este resumo-expandido visa abordar as megatendências que envolvem a sociedade e a economia brasileira, destacando seu impacto em áreas-chave da sociedade e explorando como elas interagem para influenciar o cenário político. Tecnologia e digitalização têm redefinido o engajamento político, com a internet e redes sociais sendo fundamentais na disseminação de informações e estratégias de campanhas eleitorais. A urbanização e crescimento populacional impõem desafios para gestores públicos, influenciando a agenda política. O envelhecimento da população suscita debates sobre a reforma da previdência e políticas de inclusão. A preocupação ambiental afeta a política, exigindo medidas sustentáveis e responsáveis. A persistente desigualdade social e econômica pauta políticas para redução da pobreza e equidade. Por fim, a globalização influencia questões como acordos comerciais e cooperação internacional. Estes resultados parciais destacam a complexidade das interações entre as megatendências e como elas moldam a política brasileira e as ações e estratégias empresariais, enfatizando a necessidade de adaptação contínua para enfrentar os desafios na evolução do país.

**Palavras-chave:** megatendências, economia brasileira, políticas públicas, desigualdade social, globalização.

**Key-words:** megatrends, Brazilian economy, public policies, social inequality, globalization.

**Classificação JEL:** O10 F60

**Projeto institucional vinculado (não obrigatório): Programa de Educação Tutorial**

<sup>1</sup>Bolsista do PET Economia, Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Maringá.  
ra130559@uem.br

<sup>2</sup>Bolsista do PET Economia, Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Maringá.  
ra129610@uem.br

<sup>3</sup>Bolsista do PET Economia, Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Maringá.  
ra128605@uem.br

<sup>4</sup>Tutor do PET de Economia, Professor Associado do Curso de Ciências Econômicas, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas e do Mestrado Profissional em Agroecologia da Universidade Estadual de Maringá. afalves@uem.br

## 1 INTRODUÇÃO

As megatendências são fenômenos de larga escala e de longo prazo que moldam profundamente os rumos da sociedade e da humanidade em sua totalidade. Elas são impulsionadas por uma combinação complexa de fatores, como avanços tecnológicos, mudanças demográficas, transformações culturais, desafios ambientais e evoluções econômicas. O objetivo deste resumo expandido é explorar essas questões, evidenciando o impacto que exercem sobre a sociedade. Para alcançar este objetivo, foram empregados métodos de pesquisa que incluíram a leitura de artigos e resumos oficiais relacionados ao tema. Essas megatendências, destacadas no próximo tópico em **negrito**, embora estejam interconectadas, podem ser classificadas em agrupamentos que capturam as mudanças na dinâmica social, nas perspectivas individuais, na economia global e no contexto empresarial.

## 2 MEGATENDÊNCIAS

Conforme a PricewaterhouseCoopers-PWC (2023) uma das megatendências mais marcantes é a **tecnologia e digitalização**. O rápido avanço tecnológico tem remodelado como os brasileiros se engajam politicamente. A internet e as redes sociais têm se tornado plataformas fundamentais para a disseminação de informações e para o envolvimento do eleitorado nas campanhas eleitorais. Essa democratização da informação tem impactado a opinião pública e como os políticos conduzem suas estratégias de comunicação.

A **urbanização e o crescimento populacional** também são megatendências relevantes no contexto brasileiro. O aumento da população nas áreas urbanas tem gerado desafios para os gestores públicos. A demanda por infraestrutura, serviços básicos, empregos e segurança exige soluções efetivas por parte dos governantes, influenciando assim a agenda política e as prioridades do governo.

De acordo com Marcial (2015) outro aspecto demográfico importante é o **envelhecimento da população**. Essa megatendência coloca em discussão a sustentabilidade do sistema previdenciário e de saúde do país, gerando debates sobre a reforma da previdência e a alocação de recursos públicos para garantir o atendimento adequado aos idosos. Além disso, as mudanças nas dinâmicas familiares e nos padrões de migração podem estimular a formulação de políticas sociais e de inclusão.

A preocupação crescente com a **sustentabilidade** e as **questões ambientais** também está presente no cenário político brasileiro. A conscientização sobre os impactos das mudanças climáticas e a necessidade de desenvolvimento sustentável têm influenciado a agenda política, demandando medidas para a preservação dos recursos naturais e para a promoção de políticas ambientalmente responsáveis.

Não obstante, a persistente **desigualdade social e econômica** no Brasil é outra megatendência que afeta a política do país. Pela ótica de Soares (2023) as questões relacionadas à economia, emprego e educação são fatores decisivos na formulação de políticas voltadas para a redução da pobreza e para a promoção da equidade social, tornando-se temas centrais em debates políticos.

Por fim, a **globalização** e as relações internacionais também têm seu impacto no cenário político brasileiro. À medida que o país se torna cada vez mais interconectado com o mundo, questões como acordos comerciais, migração e cooperação internacional ganham importância na agenda política.

## 3 ATUAIS IMPACTOS DAS MEGATENDÊNCIAS

### 3.1 IMPACTOS NOS INDIVÍDUOS

Nas nações com uma proporção significativa de jovens, anualmente ocorre o mesmo problema: milhões de indivíduos atingem a idade apropriada para ingressar na força de trabalho, porém muitos carecem da experiência necessária para atender às exigências do mercado laboral (KALAITZI, 2023). Independentemente do patamar educacional alcançado por esses jovens, deparam-se com uma escassez de oportunidades de emprego, contribuindo para a perpetuação de um estado crônico de elevado desemprego juvenil.

Além desse desafio, observa-se um crescente impacto nas questões de saúde mental em decorrência da proliferação da tecnologia em todas as esferas da vida humana. Esse fenômeno amplifica os efeitos adversos na saúde cerebral, manifestando-se via sintomas como déficit de atenção, prejuízo na inteligência emocional e social, dependência excessiva em tecnologia, isolamento social, restrição no desenvolvimento cognitivo e distúrbios do sono (BARBOZA JR. e CASTRO , 2021).

De acordo com Souza et al. (2020), a problemática da aposentadoria também se torna proeminente em países com uma população envelhecida. A confiabilidade das pensões para sustentar um padrão de vida adequado torna-se cada vez mais incerta, obrigando as pessoas a começarem a poupar desde cedo ou a prolongarem sua vida laboral - e, em muitos casos, ambas as alternativas se fazem necessárias. O aumento da pobreza entre a parcela mais idosa da população é um desdobramento inevitável desse cenário.

Paralelamente, segundo a PWC (2023) a instabilidade social provoca um declínio na segurança pessoal, elevando o risco de agitações e turbulências políticas. A possibilidade de surgirem guerras civis, saques e um aumento na violência é uma consequência real das problemáticas contemporâneas que enfrentamos.

Em resumo, nações com uma maioria de jovens, por exemplo, confrontam um conjunto intrincado de desafios sociais e econômicos que abrangem desde a dificuldade de inserção no mercado de trabalho até as implicações adversas da tecnologia na saúde mental, a incerteza em relação à aposentadoria e a potencial instabilidade derivada da insegurança social. Solucionar essas questões requer uma abordagem abrangente e cooperativa, que envolva políticas públicas e iniciativas tanto no âmbito social quanto no econômico.

### 3.2 IMPACTOS NAS EMPRESAS

Na atualidade, existe uma série de desafios interligados, cujas ramificações impactam diversos aspectos da sociedade e dos negócios. Um dos principais obstáculos é a insegurança de recursos e o consequente aumento de custos. Essencialmente, materiais brutos fundamentais para a produção de bens, como energia, água, terras produtivas e minerais, estão se tornando cada vez mais escassos, o que, por sua vez, leva ao aumento dos preços desses elementos vitais (KPMG, 2023).

Nesse cenário, emerge a perspectiva positiva da criação de empregos mediante investimentos em tecnologia climática (IPCC, 2023). Da mesma forma que a revolução digital gerou uma multiplicidade de postos de trabalho relacionados à Tecnologia da Informação, a transição para práticas ecologicamente responsáveis também está gerando uma gama diversificada de oportunidades profissionais em campos ainda pouco compreendidos e explorados. No entanto, o desafio reside em entender como capacitar as pessoas para esses novos domínios e auxiliá-las em sua jornada de aprendizado.

Para as organizações, a diferenciação competitiva torna-se um imperativo estratégico. Consoante a PWC (2023) a habilidade de redefinir o valor que proporcionam aos clientes e à sociedade, por meio da adoção plena da tecnologia, pode conferir vantagem crucial no mercado.

No entanto, ao mesmo tempo que essa transformação ocorre, percebe-se um fenômeno preocupante: a concentração de poder. Diversas pequenas empresas enfrentam desafios intransponíveis ao tentar competir em um mundo digitalizado, devido à incapacidade de se beneficiar dos efeitos de rede e à dificuldade de suportar o pesado investimento tecnológico exigido. Como alerta a KPMG (2023), o avanço tecnológico, embora possa impulsionar o desenvolvimento de negócios locais, também pode aprofundar a disparidade entre pequenas e grandes empresas, que detêm recursos e tecnologias avançadas para competir em larga escala. Além disso, um contexto de diversidade geracional complica ainda mais o panorama. Com cinco gerações distintas - tradicionalistas, baby boomers, geração X, millennials e geração Z - colaborando na força de trabalho, é inevitável que suas visões diferentes sobre o trabalho e o mundo possam gerar desafios na busca por alinhamento e coesão (MACEDO et al., 2023). A harmonização dessas perspectivas diversas em torno de objetivos compartilhados torna-se um exercício crucial para a maximização do potencial coletivo.

Em síntese, o mundo contemporâneo está imerso em uma teia de desafios complexos e interligados, que exigem respostas coordenadas e inovadoras. A gestão eficaz da escassez de recursos, a exploração das oportunidades de emprego na transição verde, a busca pela diferenciação competitiva, a mitigação das desigualdades geracionais e o fomento da cooperação entre gerações são elementos fundamentais para a construção de um futuro mais resiliente e sustentável.

### **3.3 IMPACTOS NAS NAÇÕES**

As mudanças climáticas estão provocando transformações fundamentais nas atividades humanas, resultando em novas dependências econômicas (HOMMA, 2023). Isso inclui redução da dependência de países exportadores de petróleo e gás, enquanto cresce a necessidade de recursos como hidrogênio, lítio, níquel e cobalto em diferentes nações.

Ao mesmo tempo, surge o desafio da migração em massa devido às mudanças climáticas. À medida que essas transformações prejudicam a vida e os meios de subsistência em nações vulneráveis, observa-se um movimento acelerado de migração, principalmente do Sul para o Norte e das áreas costeiras para as montanhas, em busca de segurança e oportunidades (PWC, 2023). Essas mudanças também colocam em risco a segurança alimentar global e as exportações agrícolas. Eventos climáticos extremos têm o potencial de prejudicar colheitas, desencadeando crises alimentares que transcendem fronteiras nacionais.

Além disso, há um aumento nos conflitos internacionais em várias formas - armadas, econômicas, cibernéticas, etc. Esses conflitos estão se espalhando por mais países e os esforços multilaterais para evitá-los ou resolvê-los estão enfrentando desafios crescentes devido à falta de cooperação internacional sólida (SANTOS, 2020).

Em síntese, as megatendências estão redefinindo as bases da economia global, impulsionando movimentos populacionais e colocando em xeque as estruturas institucionais existentes.

## **4 CONCLUSÃO**

Dentro do contexto de transformações aceleradas, a adaptabilidade e a capacidade de inovação assumem um caráter preponderante, revelando-se como elementos basilares na salvaguarda da segurança e no progresso das nações. A busca por soluções de elevada eficiência implica necessidade de sinergia entre os aparatos governamentais, as entidades de escopo internacional e a coletividade em sua completude. Unicamente através da conjunção de

esforços sinérgicos e da aplicação de competências múltiplas é que se torna possível uma abordagem condizente e perspicaz perante os desafios multifacetados que se delineiam.

## REFERÊNCIAS

- CASTRO, Amanda Silva de; JUNIOR, José Antônio Barboza. Desenvolvimento saudável da saúde mental de crianças expostas ao abuso da tecnologia durante o isolamento social / Healthy mental health development of children exposed to technology abuse during social isolation. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 2, p. 6279–6283, 2021. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/26903>>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Caminhos sustentáveis para o futuro da Amazônia brasileira. In: EMBRAPA. **Olhares para 2030:** desenvolvimento sustentável. Brasília: EMBRAPA, 2023. Disponível em, <https://www.embrapa.br/-/artigo-alfredo-homma?inheritRedirect=true>. Acesso em 9 ago. 2023.
- IPCC — **Intergovernmental Panel on Climate Change**. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/>>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- KALAITZI, Dimitra; MATOPOULOS, Aristides; FORNASIERO, Rosanna; *et al.* Megatrends and Trends Shaping Supply Chain Innovation. In: FORNASIERO, Rosanna; SARDESAI, Saskia; BARROS, Ana Cristina; *et al* (Orgs.). **Next Generation Supply Chains: A Roadmap for Research and Innovation**. Cham: Springer International Publishing, 2021, p. 3–34. (Lecture Notes in Management and Industrial Engineering). Disponível em: <[https://doi.org/10.1007/978-3-030-63505-3\\_1](https://doi.org/10.1007/978-3-030-63505-3_1)>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- KPMG. **Estado Futuro 2030 - KPMG Brasil**. Disponível em: <<https://kpmg.com/br/pt/home/insights/2014/03/estado-futuro-2030.html>>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- MACEDO, Renato Reis De; VELOSO, Elza Fátima Rosa; PINSKY, Vanessa; *et al.* Career management in digital age: a study of leadership's competencies and practices applied for IT professionals. **Revista de Administração da UFSM**, v. 16, n. 1, p. e3, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reau fsm/article/view/69082>>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- MARCIAL, Elaine Coutinho (Organizadora). **Megatendências mundiais 2030:** o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo? : contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil. <http://www.ipea.gov.br>, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5256>>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- NERI, Marcelo; SOARES, Wagner. Desigualdade social e saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, p. S77–S87, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/n5WCfG6hxCNTKjT5tVdqGJs>>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- PRICEWATERHOUSECOOPERS. **PwC Debate | Mundo 2030**. PwC. Disponível em: <<https://www.pwc.com/br/temas-atauais/pwc-em-debate/pwc-debate-mundo-2030.html>>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- SANTOS, José Alberto Loureiro dos. **Conflitos na era da informação / as revoltas árabes**. v. 41, p. 229–246, 2020. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/45964>>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- SINGH, S. **New Mega Trends: Implications for our Future Lives**. [s.l.]: Springer, 2012.
- SOARES, Márcia Miranda; GARCÍA, Encarnación Murillo; CARBONELL, Jesús Ruiz-Huerta. Desigualdades territoriais no financiamento das políticas de educação e de saúde

na Espanha e no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 57, p. e, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/cxBzXKGMbRfZXxyLmbjCgYM/?lang=pt>>. Acesso em: 9 ago. 2023.

5

SOUZA, Laudiane Barros Correia de; LEAL, Márcia Carréra Campos; BEZERRA, Adriana Falangola Benjamin; *et al.* Fatores de postergação da aposentadoria de idosos: revisão integrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3889–3900, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/gtkKyKs3svJQ8RFrnFp86fM/?lang=pt>>. Acesso em: 9 ago. 2023.

SOUZA, Luciana Cristina. ENERGIA E SUSTENTABILIDADE HUMANA: Impacto das metas do ODS 7 no Brasil. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, v. 6, n. 1, p. 58–79, 2020. Disponível em:

<<https://www.indexlaw.org/index.php/Socioambientalismo/article/view/6486>>. Acesso em: 9 ago. 2023.

SWEENEY, Edward. Supply Chain “Mega-Trends”: Current Status and Future Trends. **Practitioner Journals**, 2013. Disponível em: <<https://arrow.tudublin.ie/nitloth/83>>.



**PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS  
AMBIENTAIS NAS ÁREAS RURAIS DO OESTE DE SANTA  
CATARINA****Darlan Vivan<sup>1</sup>, Paulo Guilherme Alarcon Fernandes<sup>2</sup>, Larissa Paula Stachio<sup>3</sup>****Área 2: Desenvolvimento Econômico, Agronegócio e Economia Regional****RESUMO**

O objetivo da pesquisa foi identificar quais as ações na área ambiental necessitam ser ampliadas para maior valorização da produção animal e preservação do meio ambiente, por meio da aplicação de um questionário de pesquisa aos produtores rurais da região Oeste de Santa Catarina. A pesquisa foi embasada em três tópicos principais, sendo eles: a caracterização do perfil social dos proprietários; a forma de acesso as informações; e as ações praticadas quanto a preservação do meio ambiente e recursos naturais nas propriedades que desenvolvem atividades agropecuárias. Nota-se que a maioria das propriedades se enquadram como pequenas e frequentemente recebem acompanhamento técnico para as atividades produtivas, mas uma parcela dos produtores nunca participou de capacitações ou treinamentos voltados para gestão ambiental. Foi percebida, nesta investigação, a necessidade de melhorar a gestão do uso da água, indicando assim um possível caminho para ações focadas e valoradas.

**Palavras-chave:** sustentabilidade; meio ambiente; recursos naturais.

**ABSTRACT**

The objective of the research was to identify which actions in the environmental area need to be expanded for greater appreciation of animal production and preservation of the environment, through the application of a research questionnaire to rural producers in the western region of Santa Catarina. The research was based on three main topics, namely: the characterization of the social profile of the owners; the form of access to information; and the actions taken regarding the preservation of the environment and natural resources in the properties that develop agricultural activities. It is noted that most of the properties are classified as small and often receive technical monitoring for productive activities, but a portion of the producers never participated in training or training focused on environmental management. It was perceived, in this investigation, the need to improve the management of water use, thus indicating a possible path for focused and valued actions.

**Key-words:** sustainability; environment; natural resources.

**Classificação JEL:** Q00; Q56

<sup>1</sup>Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária - ICASA. Engenheiro Agrônomo – Analista Ambiental.  
Especialista em Agronegócios pela ESALQ/USP. E-mail: vivandarlan@gmail.com

<sup>2</sup>Doutorando em Teoria Econômica do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas – (PCE/UEM) da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: pauloguilhermealarc@gmail.com <sup>3</sup>Doutoranda em Teoria Econômica do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas – (PCE/UEM) da Universidade

## 1 INTRODUÇÃO

A responsabilidade social tem sido uma das prioridades das instituições e empresas que de fato estão comprometidas com a sociedade onde estão inseridas. Neste contexto, os critérios ESG (Environmental, Social and Governance), que englobam indicadores relacionados ao meio ambiente, à sociedade e à governança corporativa necessitam ser observados no momento da tomada de decisão. No mundo globalizado em que a sociedade moderna está inserida, as práticas previstas pelo ESG corroboram diretamente com o que está previsto pela Organização das Nações Unidas – ONU para alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Em suma, busca-se principalmente acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente, o clima e garantir paz para as pessoas (ONU, 2023).

O desenvolvimento sustentável não é simples de ser aplicado na sociedade atual e nem é um estado permanente de harmonia, onde tudo ficará bem e sem problemas, e sim um processo de transformação, que passa por alterações e mudanças constantes, pois envolvem os passos que devem ser seguidos para suprir as necessidades das gerações atuais, de tal maneira que não comprometa os anseios das gerações futuras (Costa e Ferezin, 2021).

A partir dos anos 2000, o conceito de sustentabilidade passou a ser adotado como um novo modelo de gestão, consolidando uma abordagem corporativa consciente dos seus impactos, levando isso para a elaboração de novos produtos, e novos modelos de negócios. Com isso, muitos estudos surgiram relacionando o agir consciente ao papel de uma empresa, apontando para o fato de que as empresas possuem sim uma responsabilidade social e ambiental para com o meio em que atuam, como com as pessoas da região em que estão inseridas, local ou internacionalmente, englobando a ideia da consciência social (Rossetti et al., 2008).

Dentre as principais políticas públicas de preservação do meio ambiente e sustentabilidade ambiental que podem ser ampliadas para uma maior valorização da produção animal no Oeste de Santa Catarina, podemos tomar como referência as descritas na Lei Estadual nº 14.675/2009, sendo elas: a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; controle das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; recuperação de áreas degradadas; proteção de áreas ameaçadas de degradação; incentivos a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a coletividade.

Dado este cenário, essa pesquisa tem como questão norteadora: quais ações ambientais que objetivam a valorização da produção animal e preservação do meio ambiente podem ser ampliadas na Região Oeste de Santa Catarina? Além de responder esta questão, buscou-se verificar a percepção dos produtores rurais quanto às questões sociais e de governança, considerando a atuação de uma Instituição Catarinense presente em quase todos os municípios do Estado, criada com a finalidade de apoiar a defesa sanitária agropecuária junto a órgãos e entidades públicas e privadas, promovendo a ampliação das atividades de Estado para valorização da produção animal, garantia a saúde pública e a preservação do meio ambiente. Em relação à aplicação da pesquisa, tratando-se de Santa Catarina, decidiu-se pela realização um estudo qualitativo, sendo focado na região Oeste, uma das principais regiões produtoras do estado.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

O levantamento de informações para o estudo foi realizado através de entrevista estruturada com a aplicação de questionário para produtores rurais. A fundamentação da

temática abordada teve como amostra as respostas do questionário de pesquisa aplicado com objetivo de avaliar a implementação de possíveis ações estratégicas junto aos produtores rurais,

2

com foco na valorização da produção animal, preservação do meio ambiente, bem como a percepção destes quanto a questões sociais e de governança considerando a atuação de uma Instituição, em destaque, presente em quase todos os municípios do Estado.

Para a definição do caso estudado e público-alvo foram considerados dois critérios básicos para seleção de potenciais entrevistados, sendo estes: ser proprietário ou possuidor de imóvel rural e desempenhar alguma atividade agropecuária na propriedade. Definidos os critérios iniciais foi possível elaboração de questionário e roteiro de 17 perguntas. Inicialmente foram selecionados 25 produtores rurais distribuídos na região Oeste de Santa Catarina, com os quais o contato inicial foi realizado por meio telefônico para posterior envio de formulário via plataforma “Google Forms”, a fim de contribuir voluntariamente com a pesquisa. Dos 25 produtores rurais previamente selecionados, 20 atenderam os critérios estabelecidos e contribuíram com informações para a realização deste trabalho acadêmico. O questionário aplicado foi subdividido com base em quatro elementos principais, sendo eles, a caracterização do perfil social dos proprietários, a forma de acesso as informações, as ações praticadas quanto a preservação de recursos hídricos, gestão de resíduos, regularidade ambiental das propriedades que desenvolvem atividades agropecuárias, bem como a percepção destes produtores sobre questões sociais e de governança relacionadas a instituição que presta apoio a estes.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com o resultado dos questionários, observou-se com relação a caracterização do perfil social, quanto ao grau de escolaridade, a pesquisa demonstrou que maior parte dos participantes (40%) possuem ensino médio completo, seguido de 30% com ensino fundamental incompleto, 20 % ensino superior completo e 10% ensino fundamental completo. Quanto a caracterização do tamanho da propriedade e/ou imóvel rural, 55 % dos respondentes informaram possuir áreas de terras de 20,00 a 49,99 hectares (ha), 30% possuem áreas de até 19,99 ha e os demais 15 % responderam possuir áreas entre 50,00 ha a 99,99 ha. Acima de 100,00 ha não se obteve nenhuma resposta. Os dados obtidos nos permitem inferir que quase a totalidade das propriedades/imóveis rurais dos entrevistados podem ser enquadrados como pequenas propriedades, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.651/2012, ou seja, possuem áreas de terras de até 4 módulos fiscais.

Relativo à principal atividade desenvolvida nestas propriedades rurais, observou-se que 35 % possuem atividade relacionada criação de animais para corte (pecuária). Na sequência obtivemos 30% das propriedades voltadas para a atividade agrícola relacionada ao cultivo de plantas, 20% com a criação de animais para pecuária com a produção de leite e ovos, 10 % com outras atividades além das citadas anteriormente, e 5% com atividade de agricultura e/ou pecuária para subsistência. Quanto ao acesso as informações voltadas para o conhecimento da legislação e políticas públicas pertinentes a preservação do meio ambiente, buscou-se através de uma pergunta saber se os entrevistados já participaram de algum programa de capacitação, treinamento ou curso. Nesta pergunta, 50% dos entrevistados responderam que sim e outros 50% responderam que não.

Sobre qual frequência que as propriedades e/ou atividades recebem visitas técnicas especializadas de instituições públicas ou privadas visando o acompanhamento e melhoria na eficiência produtiva e ambiental, 55 % dos produtores responderam que recebem visitas mensais, 40% recebem visita semestral, 25% semestral, 20 % responderam que recebem

acompanhamento anual e nenhum produtor declarou que não recebe nenhum tipo de acompanhamento ou visita em suas propriedades ou sistema produtivo.

Após traçar o perfil social dos participantes, conhecer as características das propriedades, das atividades exploradas, a frequência que as propriedades e/ou atividades recebem visitas técnicas especializadas de instituições públicas ou privadas visando o

3

acompanhamento técnico e melhoria na eficiência produtiva buscou-se entender como é de fato realizada a gestão dos recursos naturais, resíduos da produção, regularidade ambiental e ações praticadas com propósito de preservação do meio ambiente.

Sobre a gestão e uso de água nas propriedades, quanto a principal fonte de captação de água para abastecimento da propriedade, 75% dos entrevistados responderam que fazem uso de água proveniente de poço subterrâneo, 20 % de nascentes e 5% faz uso de água superficial de rio, córrego ou açude. Perguntados sobre a proteção das fontes de captação de água para abastecimento da propriedade a pesquisa revelou que quase a totalidade possuem fontes protegidas, ou seja, 88,9% responderam que sim e apenas 11,1% responderam que não há proteção. Tal condição pode estar relacionada ao fato de 75% dos entrevistados realizarem a captação de águas subterrâneas de poços profundos, os quais já na sua implantação são impermeabilizados.

Quanto ao controle ou conhecimento do volume de água consumido diariamente nas atividades, 55% dos produtores rurais afirmaram não ter conhecimento e os outros 45% afirmaram conhecer. Referente a existência de algum sistema que possibilite a coleta e reservação de água da chuva 60% relataram que não possuem e 40% responderam que possuem algum sistema, sendo que dos que possuem sistema de armazenamento, 36,4% fazem uso de caixas d'água, 36,4% utilizam reservatórios escavados no solo sem revestimento, 18,2% utilizam cisterna revestida e 9,1% faz uso de reservatório escavado no solo com revestimento.

Referente a regularidade das propriedades onde são desenvolvidas as atividades produtivas, 100% dos produtores que responderam ao questionário declararam estarem devidamente inscritos no Cadastro Ambiental Rural – CAR. Quanto a regularidade ambiental das atividades produtivas buscou-se saber se as mesmas se encontram em operação devidamente licenciadas ou regularizadas, sendo que 65% dos entrevistados declararam possuir licença ou certidão ambiental e os demais (35%) declararam que não necessitam ou estão dispensados de algum tipo de licenciamento para o desenvolvimento das respectivas atividades em suas propriedades.

Com objetivo de identificar quais os principais resíduos gerados nas propriedades rurais da região oeste de Santa Catarina os dados obtidos demonstraram que 45% geram resíduos líquidos de produção pecuária, 20%, resíduos sólidos da produção pecuária, 15% resíduos de embalagens de medicamentos e agrotóxicos, 10% geram resíduos líquidos da produção agrícola e 10% nenhum resíduo ou outro tipo. Sobre a destinação final dada para estes resíduos, 60% responderam que são aproveitados dentro das propriedades, podendo-se afirmar que esta prática está associada ao aproveitamento de dejetos líquidos e sólidos para fertilização de lavouras, pastagens e outras culturas. Um percentual de 5% declarou que a destinação final ocorre fora da propriedade. Outra parte, representando 30% das respostas, declararam que a destinação se dá através do recolhimento pelos municípios, revendedores ou então por empresa especializada, estando caracterizado principalmente por embalagens de fertilizantes, agrotóxicos, medicamentos e similares. Da totalidade, apenas 5% responderam que não é realizado nenhum tipo de destinação final para os resíduos gerados pela propriedade ou atividade.

Sobre a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, a pesquisa demonstrou que em todas as propriedades é adotada alguma prática objetivando a preservação e sustentabilidade, destas, 65% adotam o sistema de plantio direto, terraceamento ou rotação de culturas, 20% realizam análises de solo e recuperação de áreas degradadas e 15% adotam o reflorestamento, preservação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). Diante desta informação pode-se afirmar que independentemente do nível de escolaridade ou a participação em algum treinamento ou capacitação sobre a temática, os produtores têm consciência da importância quanto a preservação ambiental e recursos naturais e adotam alguma prática sustentável em suas propriedades.

4

## **4 CONCLUSÃO**

A responsabilidade social e a sustentabilidade ambiental no setor produtivo Catarinense, especialmente na região Oeste do Estado, considerada importante região produtora, tem sido amplamente discutida e influenciada pelos mercados consumidores, e também pela sociedade como um todo. Neste contexto, de modo geral, a pesquisa demonstrou através das respostas obtidas que os produtores rurais na sua maioria possuem elevado grau de escolaridade, recebem acompanhamento frequente nas propriedades visando a melhoria da eficiência produtiva, possuem suas atividades devidamente licenciadas, regularizadas, adotam práticas voltadas à gestão de resíduos resultantes dos processos produtivos e praticam alguma ação voltada à preservação do solo. Em contrapartida, foi observado uma lacuna relacionada à gestão do uso da água, demonstrando desconhecimento do volume utilizado nos processos produtivos e de criação animal, grande utilização de fonte de abastecimento por água subterrânea, considerada de uso nobre e pequena utilização de sistemas de captação e reservação de água da chuva.

## **5 REFERÊNCIAS**

Brasil. 2012. Lei nº 12.651, de 13 de abril de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm). Acesso em: 02 mar. 2023.

Costa, E.; Ferezin, N. B. 2021. ESG (environmental, social and corporate governance) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas. Revista Alterjor 24: 80-95.

Organização das Nações Unidas [ONU]. Declaração Universal Direitos Humanos da ONU. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 03 mar. 2023.

Rossetti, J. P. Galvão, A.; Bressan, A. A.; Campos, B.; Boechat, C; Araújo, D. L.; Ribeiro, E.; Brasil, H. G.; Mota, H. V.; Lauria, L. C.; Barros, L. V.; Gontijo, P.; Pires, S. E.; Oliveira, V. I.; 2008. Finanças corporativas: teoria e prática empresarial no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier

